



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ
UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

PARECER - CONTROLE INTERNO

Procedência: Fundo Municipal de Educação do Município de Aurora do Pará.

Processo: Pregão Eletrônico nº 04/2021-CPL/PMAP

Interessada: CPL/PREFEITURA MUNICIPAL

I - RELATÓRIO

Tratam os autos referentes ao certame licitatório **04/2021- CPL/PMAP**, realizado na modalidade Pregão Eletrônico como registro de preço, que teve por objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ELABORAÇÃO DE KITS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE** do Município de Aurora do Pará/PA. Destaca-se que tal aquisição é para suprir o período de suspensão das aulas em decorrência das emergências em saúde pública de importância nacional e calamidade pública, causadas pelo Novo Coronavírus/COVID19.

Foram obedecidas rigorosamente as regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 e suas alterações. Segundo a Lei do Pregão nº 10.520, a convocação dos interessados será efetuada, **obrigatoriamente**, por meio de publicação do **aviso do pregão em diário oficial** ou, caso o respectivo ente federado não possua diário oficial, em **jornal de circulação local** (art. 4º, I). Desse modo, a licitação foi publicada no Diário Oficial da União (seção 3, nº 77), além do caderno GERAIS do Jornal Amazônia (pág. 4), ambos em 27/04/2021 e no Diário Oficial do Estado do Pará nº 34.567 de 29 de Abril de 2021.

As empresas vencedoras foram:

FORTE ALIMENTOS EIRELI	CNPJ: 27057424/0001-49	RS 226.544,00(ARROZ COLHIDO TIPO 1, AÇUCAR CRISTAL, CHARQUE, LEITE EM PÓ E SAL).
MAR & TERRA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI	CNPJ: 01591822/0001-57	RS 206.436,24(PEITO DE FRANGO COM OSSO)

OBS.: CABE DESTACAR QUE A EMPRESA CAJADO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI, TAMBÉM VENCEDORA DO CERTAME, COM OS ITENS MACARRÃO ESPAGUETE E ÓLEO VEGETAL, APÓS O PREGOEIRO SOLICITAR A PROPOSTA AJUSTADA, APRESENTOU DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA ANEXADA VIA SISTEMA DURANTE A NEGOCIAÇÃO REALIZADA VIA CHAT.

Esdras Eletier Queiroz Leal
Controlador Interno
Port. 11/2021

Tendo em vista a declaração de desistência da empresa **CAJADO COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI** ocorreu quando a mesma foi convocada para o envio de documentação complementar, o que levou o pregoeiro a voltar a fase de julgamento dos itens referentes a esta empresa.

O pregoeiro e sua equipe recusam as propostas das demais empresas nos termos do Art. 9 da Lei de nº 10.520/02 e c/c Art. 41 e 48 da Lei nº 8.666/93, bem como o item 7.2 do Edital, uma vez que descumpriu as exigências previstas no item 5.1 do Edital.

II- ANÁLISE

Em análise do processo, desde já, trazer à comparação a aplicação dos mandatos constitucionais que condicionam toda a matéria, mostrando, assim, dentre outros, o artigo 37, XXI da CF/88:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

De acordo com a Lei de licitação, obedece a todos os princípios constitucionais e legais das diretrizes que estabelecem normas cogentes de Direito Público, de acordo com todos os seus Princípios. Destaque para um dos princípios essenciais trazidos na Lei 8.666/93 em seu artigo 2º:

“As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei para a administração pública”.

Ratificando assim, a exigência estabelecida pelo constituinte e consagrando a objetividade dos julgamentos na apreciação das propostas, de modo a dotar de total transparência os contratos administrativos.

Destaca-se ainda a Lei do Pregão nº 10.520 de 17 de Julho de 2002. O pregão é a modalidade de licitação mais utilizada na atualidade, destinada à aquisição de **bens e serviços considerados comuns**, independentemente do valor da licitação. Sua criação foi motivada, essencialmente, pela necessidade de maior **celeridade** das compras públicas, alinhando-se assim ao princípio constitucional da **eficiência**. Além disso, a **possibilidade de oferta de lances (verbais ou eletrônicos) por parte de determinados licitantes tem contribuído para a redução dos valores pagos pela Administração, em benefício do erário público.**

Destaca-se que as empresas vencedoras **FORTE ALIMENTOS EIRELI** e **MAR & TERRA COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI** apresentaram, para devidos fins de direito, todas as suas documentações para habilitação no certame, mediante a consulta ao seguinte cadastro SICAF: Regularidade fiscal trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica de acordo com o

Esdras Elton Queiroz Leal
Controlador Interno
Port. 11/2021

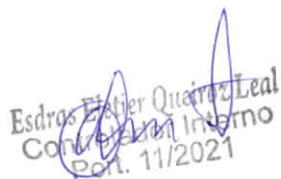
instrumento convocatório. Partindo desta análise constata-se a legalidade das mesmas.

III- PARECER

Diante ao exposto, a Controladoria Interna do Poder Executivo do Município de Aurora do Pará, após a conferência de todos os atos legais analisados, manifesta-se FAVÓRAVEL a juridicidade do embate **04/2021-CPL/PMAP**.

É o parecer,

Aurora do Pará, de 25 de Maio de 2021.



Esdras Eletier Queiroz Leal
Controlador Interno – P.M.A.P.
Portaria nº 011/2021